



ATA DA 1ª (PRIMEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA

DA CÂMARA MUNICIPAL DE BONFIM, ESTADO DE MINAS GERAIS/MG.

Aos 12 (doze) dias do mês de fevereiro de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 18 (dezoito) horas e 15 (quinze) minutos, na sede da Câmara Municipal de Bonfim, no Plenário Dr. Maurílio José Trigueiro, situado à Avenida João Batista de Paiva Campos, 311, Bairro Amintas Salles Xavier, Bonfim, Minas Gerais, reuniu-se a Câmara sob a Presidência do Vereador Alex Parreiras Rodrigues, Vice-Presidência Vereador Rodrigo Antônio da Silva; Secretário Vereador Décio Fernandes de Amorim, Tesoureiro Vereador Agnaldo Ferreira de Amorim. Havendo número legal de vereadores, o Presidente convidou a todos para juntos fazerem a oração universal do Pai Nosso, em seguida, em nome de Deus declarou aberta a Sessão. Logo após, foram lidas, discutidas e votadas as atas da 6ª, 7ª e 8ª Sessões Extraordinárias desta Casa, colhendo-se, na sequência, as devidas assinaturas. Em seguida, o Exmo. Senhor Presidente Alex Parreiras lembrou a todos os Parlamentares de que as Indicações que já foram feitas, não deverão mais ser repetidas seja de autoria própria ou de autoria de outro Parlamentar; apresentou as Indicações do nº 001 ao número 027 de 2026. Seguidamente o Presidente realizou a leitura do ofício de nº 002 de autoria do Gabinete do Vereador Reginaldo Marcelino e esclareceu a todos que todos os Vereadores podem convidar Secretários Municipais para comparecerem à Câmara para prestar informações e realizarem esclarecimentos e que caso haja o interesse de marcar Audiência Pública, basta oficiar à Presidência para verificação de disponibilidade de data e horário para utilização do Plenário. O Vereador Reginaldo Oliveira fazendo uso da palavra informou a todos que irá requerer a presença do engenheiro responsável pela pavimentação asfáltica de Macaúbas para comparecer à Sessão da Câmara para prestar informações. Ulteriormente, o Exmo. Presidente apresentou e disponibilizou a todos o Parecer Prévio emitido pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas, referente a prestação de contas do Município de Bonfim, exercício financeiro de 2024, Processo 1188395. Sem demora, o





Presidente distribuiu as seguintes Proposições: Projeto de Lei nº 001/2026 (Que institui a Unidade Fiscal do Município (UFM) como unidade de valor e parâmetro de atualização dos tributos e penalidades de competência municipal e dá outras providências); Projeto de Lei nº 002/2026 (Que dispõe sobre a instalação e utilização de caçambas estacionárias, o recolhimento e o transporte de resíduos da construção civil e resíduos volumosos no Município de Bonfim e dá outras providências); Projeto de Lei nº 004/2026 (Que altera o anexo único da Lei Municipal nº 1.266 de 2016 e dá outras providências); Projeto de Resolução nº 001/2026 (Que altera a Resolução nº 001/2025, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Vencimentos da Câmara Municipal de Bonfim/MG., para redefinir os requisitos e as atribuições do cargo de Assessor Jurídico Legislativo Interno e dá outras providências). Em ato contínuo o Exmo. Presidente Alex Parreiras colocou em votação a dispensa de prazo regimental para discussão e votação da seguinte Proposição: Projeto de Lei Complementar nº 001 de 2026 (Que regulamenta a fixação do novo piso salarial de Agente Comunitário da Saúde e dos Agentes de Controle de Endemias nos termos da Emenda Constitucional nº120/2022 e dá outras providências) sendo a dispensa aprovada por unanimidade de votos; sendo colocado em discussão e votação o PLC 001/2026 foi aprovado por unanimidade de votos dos Vereadores. Em seguida foi posta em votação a dispensa de prazo regimental para discussão e votação do Projeto de Lei nº 003 de 2026 (Que estabelece a revisão geral anual, na forma do artigo 37, X da Constituição Federal e reajusta o vencimento dos cargos efetivos que especifica) sendo a dispensa aprovada por unanimidade de votos; após, foi posto em discussão e votação o PL 003/2026 sendo o mesmo aprovado por unanimidade de votos dos Parlamentares. Seguidamente, o Presidente Alex Parreiras colocou em votação a dispensa de prazo regimental para discussão e votação do Projeto de Lei nº 001/2026 de autoria do Legislativo, sendo a dispensa aprovada por unanimidade de votos; posteriormente, foi posto em discussão e votação o PL 001/2026 do Legislativo sendo o mesmo aprovado por unanimidade de votos. Logo após, o Presidente colocou em votação a dispensa de prazo regimental para discussão e votação do Projeto de Lei nº 002 de 2026 de autoria do Legislativo (Que autoriza a revisão geral anual dos vencimentos dos servidores da Câmara Municipal de Bonfim/MG., e dá outras

Deputado
Regimental
Exmo

[Handwritten signature]





providências) sendo a dispensa de prazo aprovada por unanimidade de votos dos Parlamentares. Neste momento, a Sessão foi suspensa pelo prazo de 10 (dez) minutos, para que o Vereador Reginaldo Marcelino de Oliveira pudesse adequar seu expediente, transformando ofício inicialmente direcionado à Presidência em Requerimento a ser encaminhado ao Poder Executivo. Durante a retomada dos trabalhos, o Presidente esclareceu, de forma institucional, que matérias relacionadas à organização e aos atos próprios de cada gabinete parlamentar não se confundem com as atribuições administrativas da Presidência da Casa, tampouco com a função de ordenador de despesas. Ressaltou que cada Vereador é responsável pelos atos de seu gabinete, contando, para tanto, com o suporte da assessoria jurídica e legislativa disponibilizada pela Câmara. Ainda assim, registrou que eventuais ofícios dirigidos ao Chefe do Poder Executivo podem ser encaminhados diretamente pelo próprio gabinete interessado, não cabendo à Presidência atuar como intermediária nessas situações, reafirmando, contudo, que a Mesa Diretora permanece à disposição de todos os Parlamentares para as questões institucionais pertinentes ao regular funcionamento da Casa Legislativa. Contudo, apesar da orientação e da concessão do prazo para a devida adequação, o referido Vereador apresentou novamente ofícios direcionados à Presidência, solicitando seu recebimento. O Presidente, mantendo postura técnica e institucional, deixou de recebê-los pelas mesmas justificativas anteriormente expostas, por se tratarem de matérias que poderiam e deveriam ser encaminhadas diretamente ao Chefe do Poder Executivo pelo próprio gabinete interessado, não cabendo à Presidência atuar como intermediária nessas demandas. Reafirmou, por fim, que a Mesa Diretora permanece à disposição de todos os Parlamentares para as questões institucionais pertinentes ao regular funcionamento da Casa Legislativa. Seguidamente, o Presidente colocou em discussão e votação o Projeto de Lei nº 002/2026, de autoria do Legislativo, sendo o mesmo aprovado por unanimidade de votos. Logo após, foi posto em discussão e votação o Requerimento nº 001/2026, que requer informações referentes ao Cemitério Parque das Azaleias, no Município de Bonfim, de autoria do Vereador Reginaldo Marcelino de Oliveira, sendo o referido Requerimento aprovado por unanimidade dos Parlamentares. Sem delongas, o Presidente informou a todos que foi designada para o dia

Reginaldo Marcelino de Oliveira

Reginaldo Marcelino de Oliveira



26 de fevereiro a Audiência Pública para avaliação das metas fiscais, nos termos estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000, a ser realizada no mesmo dia da próxima Sessão Ordinária. Ato contínuo, o Presidente pediu desculpas a todos pelos transtornos causados pela obra de reforma do prédio. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e, em nome de Deus, declarou encerrada a Sessão.

Alex Parreiras Rodrigues
Presidente

Rodrigo Antônio da Silva
Vice-Presidente

Agnaldo Ferreira de Amorim
Tesoureiro

Décio de Amorim Fernandes
1º Secretário

Alex Junio Teodoro Viana
Vereador

Ana Patrícia do Carmo Marques
Vereadora

Geraldo Majela de Sales
Vereador

Reginaldo Fernandes da Silva
Vereador

Reginaldo Marcelino de Oliveira
Vereador

